

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

Organização:

Alexandre Simões Pilati
Cynthia Bisinoto
Leila D'Arc de Souza
Natalia de Souza Duarte

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na
Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /
organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :
Editora Universidade de Brasília, 2020.
2 v.

Formato PDF.

v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.

ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)

ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

**DOS AFETOS DA
INICIATIVA EPDS**

Natalia de Souza Duarte

APRESENTAÇÃO

*Silvia Cristina Yannoulas
Camila Potyara Pereira*

17

CAPÍTULO 1

24

**A PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES E
DAS ESTUDANTES
BENEFICIÁRIAS
DO PBF ACERCA
DOS FENÔMENOS
DA POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL
NO IFG/ÁGUAS LINDAS:
RELAÇÃO TEORIA E
PRÁTICA NO ÂMBITO DO
CURSO EPDS/UNB**

*Flávia de Souza Brito
Rafael de Melo Monteiro
Rafaela Nunes Marques*

CAPÍTULO 2

**ESCRITA CRIATIVA À
MODA FRIDA 52**

*Inês Vargas Marques
Leila D'Arc de Souza*

CAPÍTULO 3

**79 (SOCIO)EDUCAÇÃO,
POBREZA E
DESIGUALDADE
SOCIAL**

*Mauro Gleisson de Castro
Evangelista*

CAPÍTULO 4

**JUVENTUDE E POBREZA:
CONSCIÊNCIA CRÍTICA
SOBRE OS MITOS E A
REALIDADE DO PBF 112**

*Suzana Medeiros de Souza Aguiar
Luciana Campos de Oliveira Dias*

CAPÍTULO 5

**133 CORRELAÇÕES
ENTRE CIDADANIA,
POBREZA, EDUCAÇÃO
E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

*Andreia Pereira de Souza Gonçalves
Fábia Carvalho de Oliveira
Samir Almeida Santos*

155

CAPÍTULO 6

**UM OLHAR SOBRE AS
DESIGUALDADES SOCIAIS:
INTERVENÇÃO JUNTO
ÀS JUVENTUDES DE
PERIFERIA DO DISTRITO
FEDERAL**

Mariana Ribeiro Gomes Camargos

CAPÍTULO 7

**A POBREZA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO
DESLOCAMENTO
INTERURBANO DIÁRIO
DE ESCOLARES**

*Anette Lobato Maia
Maria Célia Orlato Selem*

173

CAPÍTULO 8

197

IDENTIDADE PERIFÉRICA

*Fátima Correia Lopes
Fábio William da Silva Pereira*

CAPÍTULO 9

**O IMPACTO DA
POBREZA NA
PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOCENTE**

Rafael Ayan

224

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

249

CAPÍTULO 10

**PARTICIPAÇÃO DA
CRIANÇA BENEFICIÁRIA
DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS ATIVIDADES
ESCOLARES: UMA ANÁLISE
PARA ALÉM DA SALA E DA
AULA**

255

Danielle Atta

CAPÍTULO 11

284 **DESENVOLVIMENTO
HUMANO, POBREZA
E DESIGUALDADE
SOCIAL NA INFÂNCIA
E ADOLESCÊNCIA**

Izete Santos do Nascimento

PREFÁCIO

DOS AFETOS DA INICIATIVA EPDS

Natalia de Souza Duarte¹

Prefaciар esse livro é falar de alegrias, esperanças, mas também de tristeza. Foram muitos os sentimentos que nos acompanharam ao longo da elaboração da obra, fruto do trabalho desenvolvido entre 2017 e 2018 na iniciativa Educação Pobreza e Desigualdade Social (EPDS). A iniciativa EPDS foi fruto de Convênio firmado entre a Universidade de Brasília e a Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). Sua finalidade primordial era abordar o que, entre nós, identificamos como os maiores problemas brasileiros: a pobreza e a desigualdade social.

Da Alegria

Apresento, primeiro, as alegrias. É com grande alegria que prefacio o livro de artigos que se seguem, os quais foram produzidos por tutores, tutoras e cursistas do Curso EPDS. E tais alegrias são muitas. Elas começam pelo pioneirismo em abordar, de forma sistemática, crítica e intencional, um dos temas mais importantes para a construção de um Brasil justo, que busca superar sua

¹ Graduada em Educação Física e Pedagogia, especialista em Aprendizagens, mestre em Educação, doutora e pós-doutora em Política Social pela UnB, é Professora da SEEDF há 30 anos, atualmente Coordenadora de projetos Estratégicos da Fundação Universidade Aberta (FUNAB). Integra o Fórum Distrital de Educação, é vice-diretora da ANPAE/DF e é pesquisadora do grupo TEDis da UnB.

fratura original – opressão e exploração da maioria dos brasileiros por uma elite descomprometida, que não se atormenta com a pobreza, a miséria e as desigualdades que ameaçam o nosso tecido social. A nossa alegria refere-se também à oportunidade de refletir sobre pobreza e desigualdade social sob o enfoque da relação com o direito à educação e amplia-se com o sucesso inesperado nessa reflexão crítica que gerou distintas ações, intervenções e mobilizações em comunidades escolares do DF e Entorno, algumas registradas nos artigos desse livro.

Visibilizar a invisibilidade da pobreza em um país como o nosso não deveria ser uma tarefa tão difícil, visto que a cada passo que damos, seja no campo, seja nas cidades, nos deparamos com suas múltiplas expressões. Mas o é...

Adentrar nessa cegueira social é entender que somos, enquanto sociedade, forçados a não enxergar, a não reconhecer e a não enfrentar a pobreza, porque somos um país cruelmente colonizado em seu modo de pensar. Para Dussel (2000) o sistema colonial oprimiu, para além de corpos e povos, o conhecimento, o modo como compreendemos o mundo e suas relações. Somando a isso nossa avassaladora escravidão, temos as matrizes fundantes de nossa sociedade, cega diante da pobreza e da injustiça social. Para Gonçalves Filho, “o que vemos e o que deixamos de ver, a priori, não são decididos por nós, mas sim pelo modo como fomos colocados em companhia dos outros e como os outros são colocados diante de nós” (2004, p. 08).

A cultura brasileira nasceu do convívio entre muitas instituições. Entretanto, família, escola, Estado, justiça, mercado, não foram tão fundantes para nós como o foi a instituição da escravidão (SOUZA, 2017). Foi essa sociabilidade que legitimou culturalmente explorar seres humanos às raias da morte e também invisibilizar pobreza e desigualdade social. Nesse sentido, enxergar a pobreza significa aprender a desaprender, aprender a desnaturalizar esse fenômeno contundente, espólio da escravidão, que nos corrompe enquanto sociedade. A desigualdade social é a nossa maior e mais profunda corrupção que precisa ser enfrentada.

Ainda sobre as alegrias, uma das mais importantes foi dar vez e voz a professoras e professores da educação básica. Pensar a escola, suas relações e suas soluções é tarefa, sobretudo, dos educadores. Trabalhadores e Trabalhadoras da educação precisam ser também os produtores do conhecimento que se conecta com a realidade do chão da escola. Não é mais possível subtraí-los da produção do conhecimento científico sobre educação, sob pena da impossibilidade categórica da *práxis*. Somente com o engajamento desses profissionais haverá transformação do *modus operandi* da escola que vem, na esteira de uma cultura de invisibilização, produzindo fracasso e exclusão da população pobre que, antes marginalizada, adentrou a escola somente nas últimas décadas.

Do Sucesso do Curso

Havíamos conveniado, UnB e SECADI/MEC, curso para 300 profissionais que se relacionavam, de alguma maneira, ao Programa Bolsa Família. Mas permitimos a matrícula de 452 profissionais. Essa opção se deu, em parte, pela pressão da demanda, em parte pela conhecida evasão em cursos de formação continuada na modalidade a distância. Os resultados foram surpreendentes. Dentre os matriculados, houve 59 (13%) cursistas que nunca entraram na plataforma e não realizaram nenhuma atividade. Mas dos 378 cursistas efetivos foram aprovados 276 cursistas (73%), ou 92% de aprovação frente à meta conveniada entre UnB e MEC.

Esse resultado é fruto do trabalho pedagógico desenvolvido, com coordenação quinzenal – em que participavam Coordenadora Pedagógica, Supervisoras, Tutores e Tutoras Presenciais - que sustentou o enfrentamento crítico da forte invisibilidade da pobreza e desigualdade na escola. A cada encontro quinzenal, discutíamos a organização do trabalho pedagógico do período, os conceitos científicos que estruturavam a análise e as estratégias de resgate dos/as cursistas que, de alguma forma, distanciavam-se do curso.

Para a formação de um coletivo consistente de pioneiros com olhares atentos, optamos pela realização, integrando a programação do curso, de encontros presenciais mensais a cada abertura de novo módulo. Ao total foram seis encontros presenciais, com exposições dialogadas que ocorriam aos sábados pela manhã, sempre com auditório lotado. As temáticas mais difíceis eram abordadas por especialistas do tema que guiavam olhares descortinando preconceitos e refletindo criticamente sobre um fenômeno presente, mas despercebido no cotidiano das escolas públicas – a relação entre educação e pobreza. Eram encontros de quatro horas de teoria crítica, filiados à incontornável matriz marxista, que compartilhavam reflexões, indicadores, casos e pesquisas. Todos os encontros presenciais privilegiaram a interação produtiva com os/as cursistas. Espaço e tempo para dúvidas, questionamentos e socialização da realidade de suas instituições eram repensados por especialistas na construção de uma análise descolonizada, ciente de nossa realidade e plena de esperanças.

O mais alegre e esperançoso encontro presencial foi o último, no dia 04 de agosto de 2018, em que foram apresentados os projetos interventivos – que representavam o trabalho final do curso de aperfeiçoamento. Nas 14 turmas do curso havia relatos de ações criativas de reconhecimento, reflexão crítica e empatia com a população em situação de pobreza, de significativa presença nas escolas públicas. Dentre os participantes, foi possível perceber, a pobreza não estava mais à sombra. Estava visibilizada e exigindo reconhecimento e compromisso.

Da Tristeza da Pobreza

Para além da empiria, quantos números são necessários para visibilizar a pobreza e desigualdade no Brasil? A resposta a essa pergunta é: certamente mais do que os que estamos produzindo. Segundo Yannoulas (2013) os estudos brasileiros sobre pobreza são esparsos dentre pesquisadores e grupos de pesquisa

e ainda sem abordagens teórico-metodológica mais sistemáticas. No entanto, sabemos, por exemplo, que em 2018, 17,6² dos 35 milhões de estudantes da educação básica eram beneficiários do Programa Bolsa Família – o que significa viver com renda diária menor que R\$ 2,83 (extrema pobreza) ou R\$ 5,66 (pobreza) cortes de renda para fazer jus ao benefício. São mais de 1 estudante em cada 2 da escola brasileira que não têm renda suficiente para um pão com pingado no café da manhã, e só. Moram mal, vestem-se precariamente, não têm acesso ao patrimônio científico, cultural e tecnológico construído socialmente. No Distrito Federal, são 121.419 beneficiários³ dentre os 370.353 estudantes (excluídos EJA e Educação Infantil), ou seja, um em cada 3 estudantes.

O número de famílias vivendo em situação de pobreza no Brasil sempre foi altíssimo. Segundo Rocha (2013), em 1970 a proporção de pobres no país era de 68,4% - quase 7 em cada 10 brasileiros. Em números absolutos, o número de pessoas em situação de pobreza era de 45,6 milhões em 1993, caiu para menos de 40 milhões depois do lançamento do Plano Real, subindo para 41,8 milhões em 2003, caindo rapidamente para 14,1 milhões de pessoas em 2014, voltando a aumentar para 22 milhões em 2017 (ALVES, 2018).

Atualmente, segundo a UNICEF (2018), 18 milhões de crianças no Brasil (34,3%) são afetadas pela extrema pobreza, vivendo com menos de R\$ 346,00 per capita por mês na zona urbana e R\$ 269,00 na zona rural⁴. Ainda de acordo com a pesquisa, 61% de crianças e adolescentes brasileiros que vivem na pobreza, têm violados mais de um dos direitos estabelecidos em nossa Constituição Federal, sendo que há 7,3 milhões de crianças com dois direitos humanos violados e 4,5 milhões de meninos e meninas com três ou mais privações de

² Dados obtidos do Projeto Presença, disponível em <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/login/efetuarLogin.php>

³ Idem.

⁴ Corte de renda para extrema pobreza estabelecido pela UNICEF.

direitos. No total, estão em situação de pobreza e violação de direitos o absurdo de 6 em cada 10 crianças brasileiras.

São números que expressam a tristeza da realidade desigual em nosso país. Tristeza que, segundo Espinoza (1979), nos leva a uma condição menor de potência, diminui nossa força para existir e agir, afetar e ser afetado. Essa tristeza precisa ser enfrentada socialmente para a construção de um futuro mais justo.

Da esperança no Futuro

Reconhecer a pobreza é condição para superá-la. Reconhecê-la, na escola, é condição para assegurar o direito à educação. Enfrentá-la é a única forma de nos constituirmos como sociedade. Muito provavelmente, não haverá futuro esperançoso sem esse enfrentamento.

Retomar a esperança no futuro, no momento tão sintomático em que esse livro é produzido (o período eleitoral de 2018), significa retomar e comprometer-se com marcos civilizatórios projetados para o Século XXI. De inspirações ideológicas, distintas orientações e com experiências mundiais concretas, a pobreza e a desigualdade social são, definitivamente, a grande questão social a ser enfrentada. Uma forma em torno da qual se estabeleceu consenso mundial foi assegurar os direitos legalmente pactuados para todos e cada um dos habitantes desse planeta.

A forma mais comum de assegurar os direitos pactuados tem sido pela atuação do Estado, que chega à população por meio da prestação de serviços dos servidores públicos. Melhorar as condições de existência da população veio em decorrência de lutas empreendidas pela classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais e políticas), que obtiveram forte incidência na composição e na correlação de forças entre o trabalho e o capital, conseguindo que fossem acolhidas muitas das demandas por melhores condições de vida. “O encontro da igualdade democrática com as desigualdades capitalistas engendra a formação do Estado-providência e de um sistema de proteções e de direitos sociais” (DUBET, 2001, p. 7).

O Estado desenhado na Constituição Brasileira é um estado de Bem-Estar Social, que previu responsabilidades ao Estado para garantir os direitos aos cidadãos. Entretanto, a realidade presente - construída a partir do golpe de 2016, *law-fare* e violento ataque do capitalismo financeiro ao fundo público - vem mitigando o Estado Constitucional Intervencionista Forte desenhado, para utilizar a categoria de Esping-Andersen (1991), mas nem de perto alcançado. As nossas conquistas sociais tardias estão sendo, uma a uma, atacadas.

A busca da igualdade implica escolhas entre objetivos e fins políticos em conflito, assim como a formulação de políticas e serviços sociais como meios para alcançá-la. A prestação de serviços pelo Estado, para redução das desigualdades, deve ser vista como uma questão de direito. O Estado Social só é assegurador da cidadania por meio da prestação de serviços universais que asseguram os direitos, enquanto o Estado neoliberal avança e opta por políticas sociais minguadas e focalizadas e uma concepção de cidadania restrita. Nesta última perspectiva, assegurar direitos não cabe no orçamento público, daí o movimento de cortá-los, diminuí-los.

Mas quis o universo que estivéssemos aqui e agora: produzindo esperança, como se pode conferir na leitura dos artigos da Coleção EPDS da UnB; enfrentando preconceitos e produzindo visibilidades, enxergando o que não se via. O cenário atual exige resistência e luta. Exige responder com humanidade ao retrocesso que nos assola enquanto nação. O devir, a utopia são nossas forças. E os estudos sobre pobreza e desigualdade social contribuem com essa luta e com a rebeldia. Basta ver uma única vez, basta abrir os olhos antes cegos à pobreza para vê-la, que o inesperado ocorre: não é mais possível deixar de enxergá-la e somar-se a luta social e política para superá-la!

Caminhemos, os tempos exigem que, embora aturdidos, estejamos prontos e prontas!

Referências

ALVES, José E. D. Aumenta a pobreza e a extrema pobreza no Brasil. *EcoDebate*, 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/08/13/aumenta-a-pobreza-e-a-extrema-pobreza-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>.

DUBET, F. As desigualdades multiplicadas. In *Revista Brasileira de Educação*, nº 17, maio/jun/jul/ago 2001, p. 05-19. ANPED.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, Vozes, 2000.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. In *Lua Nova* nº 24, São Paulo: CEDEC, 1991.

ESPINOSA, B. *Ética Demonstrada à Maneira dos Geômetras*. (Tradução de Mari- lena de Souza Chauí, Carlos Lopes de Mattos, Joaquim de Carvalho, Joaquim Fer- reira Gomes, Antônio Simões, Manuel de Castro). São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Pobreza na Infância e na adolescência*. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza_infancia_adolescencia.pdf

GONÇALVES FILHO, José Moura. A invisibilidade pública (Prefácio). in COSTA, Fernando Braga da. *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004, p. 06-34.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil – A Evolução de Longo Prazo (1970-2011)*. XXV Fórum Nacional – BNDES. RJ, 13-16 de maio de 2013. Disponível em: http://www.forumnacional.org.br/trf_arq.php?cod=EP04920.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro. Leya, 2017.

YANNOULAS, Silvia C. (coord.). *Política Educacional e Pobreza: Múltiplas Abordagens para uma Relação Multi-Determinada*. Brasília/DF: Liberlivro, 2013.